



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

PROJETO DE LEI Nº 79/2025

Institui a Política Municipal de Atenção às Pessoas com Diabetes Mellitus Tipo 1 (DM1) no Município de Santa Bárbara d'Oeste e dá outras providências.

Autoria: Ver. Júlio César Santos Da Silva – “Kifú”.

A Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Atenção às Pessoas com Diabetes Mellitus Tipo 1 (DM1) no Município de Santa Bárbara d'Oeste, com a finalidade de promover a atenção integral à saúde, o acesso a direitos, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com Diabetes Mellitus Tipo 1, especialmente crianças e adolescentes.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se Diabetes Mellitus Tipo 1 (DM1) a doença crônica autoimune caracterizada pela destruição das células beta pancreáticas produtoras de insulina, resultando na deficiência absoluta desse hormônio e na necessidade de administração exógena de insulina para manutenção da vida.

Art. 3º São princípios norteadores da Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas com Diabetes Mellitus Tipo 1:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana e à autonomia individual;
- II - não discriminação e inclusão social;
- III - atenção à saúde;
- IV - participação e controle social;
- V - intersetorialidade na gestão e implementação das políticas públicas;
- VI - amplo acesso à informação e orientação;



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

VII - apoio às famílias.

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas com Diabetes Mellitus Tipo 1:

I - garantir o acesso a medicamentos, insumos e materiais necessários ao tratamento e monitoramento da glicemia;

II - promover a capacitação de profissionais nas áreas de saúde, educação e esporte para o adequado atendimento às pessoas com DM1;

III - facilitar o acesso dos pais ou responsáveis às unidades escolares para administração de medicação aos filhos/alunos;

IV - promover ações e eventos de conscientização sobre o DM1;

V - garantir o acesso à informação sobre direitos das pessoas com DM1;

VI - possibilitar o fornecimento e/ou informações para acesso gratuito ao sistema de monitoramento contínuo de glicose;

VII - estabelecer protocolos de atendimento nas escolas para alunos com DM1.

CAPÍTULO II

DO ACESSO A MEDICAMENTOS E INSUMOS

Art. 5º O Município propiciará, dentro de suas atribuições, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso a medicamentos e insumos necessários ao tratamento e monitoramento do Diabetes Mellitus Tipo 1, conforme estabelecido na Lei Federal nº 11.347/2006 e na Portaria nº 2.583/2007 do Ministério da Saúde, ou normas que venham a substituí-las.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter atualizado o cadastro de pessoas com DM1 no município que utilizam o SUS, para fins de planejamento, aquisição e distribuição de medicamentos e insumos de sua alçada, devendo ser mantidas as atribuições inerentes ao Estado.

Art. 6º O Município fornecerá informações e orientações sobre o acesso gratuito ao sistema de monitoramento contínuo de glicose para pacientes com DM1, incluindo:



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

- I - requisitos e documentação necessária para solicitação;
- II - fluxos de atendimento e encaminhamento;
- III - direitos previstos em legislação federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, mediante disponibilidade orçamentária e financeira, disponibilizar glicosímetro para monitoramento de glicose, mediante protocolos instituídos, para pacientes com DM1, que não tenham acesso por outros meios.

Art. 7º O cadastramento e acompanhamento dos pacientes com DM1 será realizado pelas unidades de saúde do município, que deverão:

- I - manter registro atualizado dos pacientes com DM1;
- II - realizar acompanhamento periódico dos pacientes;
- III - fornecer orientações sobre o uso adequado de medicamentos e insumos;
- IV - encaminhar para atendimento especializado quando necessário.

CAPÍTULO III

DO APOIO EDUCACIONAL

Art. 8º Fica assegurada a facilitação do acesso dos pais ou responsáveis às unidades escolares da rede municipal de ensino para administração de medicação aos filhos/alunos com DM1, mediante:

- I - autorização de entrada na unidade escolar em horários específicos para administração de medicamentos;
- II - disponibilização de local adequado para aplicação de insulina e verificação de glicemia;
- III - flexibilização de horários e rotinas escolares para atendimento às necessidades específicas dos alunos com DM1.

Parágrafo único. As escolas particulares localizadas no município são incentivadas a adotar medidas semelhantes às previstas neste artigo.



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, promoverá a capacitação de profissionais da educação para o atendimento adequado a alunos com DM1, incluindo:

- I - reconhecimento dos sinais e sintomas de hipoglicemia e hiperglicemia;
- II - procedimentos de primeiros socorros em casos de emergência;
- III - orientações sobre alimentação e atividades físicas adequadas;
- IV - manejo de equipamentos de monitoramento de glicemia, quando necessário.

Art. 10. As unidades escolares da rede municipal de ensino deverão estabelecer protocolos de atendimento para alunos com DM1, que contemplem:

- I - registro das informações médicas e contatos de emergência;
- II - procedimentos para situações de emergência;
- III - orientações sobre alimentação e atividades físicas;
- IV - comunicação regular com os pais ou responsáveis.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação poderá designar, nas unidades escolares com alunos diagnosticados com DM1, um profissional de apoio capacitado para:

- I - auxiliar no monitoramento da glicemia;
- II - supervisionar a alimentação adequada;
- III - identificar sinais de alterações glicêmicas;
- IV - acionar os procedimentos de emergência quando necessário.

Parágrafo único. A designação do profissional de apoio não substitui a responsabilidade dos pais ou responsáveis pelo acompanhamento médico e tratamento do aluno com DM1.



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

CAPÍTULO IV

DOS GRUPOS DE APOIO E SUPORTE PSICOSSOCIAL

Art. 12. O Município poderá instituir grupos de apoio online e presencial para pessoas com DM1 e seus familiares, com os seguintes objetivos:

- I - compartilhar experiências e conhecimentos sobre o manejo da doença;
- II - oferecer suporte emocional e psicológico;
- III - disseminar informações atualizadas sobre tratamentos e direitos;
- IV - promover a integração social e o fortalecimento de vínculos comunitários.

Art. 13. Os grupos de apoio poderão contar com a participação de equipe multidisciplinar composta por:

- I - psicólogo;
- II - nutricionista;
- III – endocrinologista;
- IV - enfermeiro;
- V - assistente social;
- VI - outros profissionais, conforme necessidade.

Art. 14. Os grupos de apoio, caso sejam instituídos, funcionarão com periodicidade regular, em locais de fácil acesso e em horários compatíveis com as necessidades dos participantes, podendo ser realizados:

- I - nas unidades de saúde;
- II - em centros comunitários;
- III - em ambiente virtual, por meio de plataformas digitais.



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde divulgará o calendário e os locais de realização dos grupos de apoio, caso sejam instituídos.

Art. 15. Poderá ser oferecido suporte psicossocial às famílias de pessoas com DM1, visando:

- I - auxiliar no processo de aceitação e adaptação ao diagnóstico;
- II - orientar sobre estratégias de manejo do estresse e ansiedade;
- III - fortalecer vínculos familiares;
- IV - prevenir o desenvolvimento de transtornos psicológicos associados à condição crônica.

CAPÍTULO V

DA CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Art. 16. A Secretaria Municipal de Saúde poderá promover a capacitação continuada dos profissionais de saúde para o atendimento adequado às pessoas com DM1, incluindo:

- I - atualização sobre protocolos de tratamento;
- II - manejo de complicações agudas e crônicas;
- III - abordagem humanizada e integral;
- IV - orientação sobre direitos e acesso a medicamentos e insumos.

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação poderá promover a capacitação dos profissionais da educação para o acolhimento e atendimento adequado aos alunos com DM1, incluindo:

- I - conhecimentos básicos sobre a doença e suas implicações no ambiente escolar;
- II - identificação de sinais de alerta e procedimentos em situações de emergência;
- III - estratégias de inclusão e não discriminação;



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

IV - adaptações necessárias para atividades pedagógicas e avaliativas.

Art. 18. A Secretaria Municipal de Esportes poderá promover a capacitação dos profissionais de educação física e técnicos esportivos para o atendimento adequado às pessoas com DM1, incluindo:

I - conhecimentos sobre o impacto da atividade física nos níveis glicêmicos;

II - adaptações necessárias para a prática segura de atividades físicas;

III - procedimentos em casos de emergência durante a prática esportiva;

IV - estratégias de inclusão em atividades esportivas e recreativas.

Art. 19. O conteúdo programático das capacitações será elaborado por equipe multidisciplinar e atualizado periodicamente, de acordo com as evidências científicas e diretrizes nacionais e internacionais para o manejo do DM1.

CAPÍTULO VI

DAS AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E EVENTOS

Art. 20. O Município poderá promover ações e eventos sobre o Diabetes Mellitus Tipo 1, com os seguintes objetivos:

I - conscientizar a população sobre os sinais e sintomas da doença;

II - divulgar informações sobre prevenção de complicações;

III - combater o estigma e a discriminação;

IV - promover a inclusão social das pessoas com DM1.

Art. 21. Poderão ser promovidas campanhas de conscientização e prevenção, especialmente:



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

- I - no Dia Mundial do Diabetes (14 de novembro);
- II - no Dia Nacional de Prevenção e Controle do Diabetes (26 de junho);
- III - durante o mês de novembro, denominado "Novembro Azul Diabetes".

Parágrafo único. As campanhas poderão incluir iluminação de prédios públicos na cor azul, realização de eventos esportivos, palestras, distribuição de material informativo e outras atividades correlatas.

Art. 22. Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Santa Bárbara d'Oeste o "Dia Municipal de Conscientização sobre o Diabetes Tipo 1", a ser celebrado anualmente no dia 14 de novembro.

CAPÍTULO VII

DA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA

Art. 23. A implementação e gestão da Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas com Diabetes Mellitus Tipo 1 será coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde, com a participação das Secretarias de Educação, Esportes, Assistência Social e outras áreas afins.

Parágrafo único. Poderá ser criado um comitê gestor intersetorial, com participação de representantes do poder público, sociedade civil e familiares de pessoas com DM1, para acompanhamento e avaliação da política.

Art. 24. O Município poderá estabelecer parcerias com entidades da sociedade civil, instituições de ensino, associações de pacientes e outras organizações para a implementação das ações previstas nesta Lei.

Art. 25. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 26. O Município poderá realizar o monitoramento e avaliação periódica da política, por meio de:

- I - indicadores de saúde relacionados ao DM1;
- II - pesquisas de satisfação com usuários e familiares;



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

III - relatórios de atividades e resultados;

IV - audiências públicas para prestação de contas e coleta de sugestões.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Dr. Tancredo Neves”, em 11 de junho de 2.025.

JÚLIO CÉSAR SANTOS DA SILVA

“Kifú”

Vereador



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

Exposição de Motivos

O Diabetes Mellitus Tipo 1 (DM1) é uma doença crônica autoimune que afeta principalmente crianças e adolescentes, caracterizada pela destruição das células beta pancreáticas produtoras de insulina, resultando na deficiência absoluta desse hormônio e na necessidade de administração exógena de insulina para manutenção da vida. Diferentemente do Diabetes Tipo 2, o DM1 não está relacionado a hábitos de vida ou obesidade, sendo uma condição que exige controle constante da glicemia para evitar complicações graves como hipoglicemia, hospitalizações frequentes e o desenvolvimento de comorbidades.

Segundo dados da Federação Internacional de Diabetes, o Brasil possui mais de 92 mil crianças e jovens com diabetes tipo 1, número que vem crescendo anualmente. Projeções do Ministério da Saúde indicam que esse percentual pode chegar a 13,6% da população pediátrica até 2040, evidenciando a necessidade de estratégias eficazes para o controle da doença e suas complicações a longo prazo.

O diagnóstico de DM1 representa um momento de grande impacto para as famílias, que precisam adaptar-se rapidamente a uma nova realidade que inclui múltiplas aplicações diárias de insulina, monitoramento frequente da glicemia, ajustes na alimentação e cuidados especiais durante a prática de atividades físicas. Essa condição afeta não apenas a saúde física, mas também aspectos psicológicos, sociais e educacionais da vida da criança ou adolescente e de toda sua família.

Embora a Lei Federal nº 11.347/2006 garanta o fornecimento gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de medicamentos e insumos necessários ao tratamento do diabetes, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades para acessar esses direitos, bem como para obter informações adequadas sobre o manejo da doença e suporte psicossocial. Além disso, o ambiente escolar frequentemente não está preparado para acolher adequadamente alunos com DM1, gerando insegurança tanto para as crianças quanto para seus pais e educadores.

Nesse contexto, o presente Projeto de Lei visa instituir uma política municipal abrangente que contemple não apenas o acesso a medicamentos e insumos, mas também a criação de uma rede de apoio multidisciplinar, a capacitação de profissionais nas áreas de saúde, educação e esporte, e a facilitação do acesso dos pais às unidades escolares para administração de medicação aos filhos.



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

Entre as principais inovações da proposta, destacam-se:

1.A criação de grupos de apoio online e presencial com participação de profissionais da área da saúde, incluindo psicólogos, nutricionistas e endocrinologistas pediátricos, para tirar dúvidas do cotidiano e oferecer suporte emocional às famílias;

2.A capacitação de profissionais nas áreas de saúde, educação e esporte para o adequado atendimento às pessoas com DM1, promovendo a inclusão e evitando discriminação;

3.A facilitação do acesso dos pais às unidades escolares para administração de medicação aos filhos/alunos, com a possibilidade de designação de um profissional de apoio capacitado nas escolas;

4.O fornecimento de informações sobre acesso gratuito ao sistema de monitoramento contínuo de glicose, tecnologia que tem revolucionado o controle do diabetes e melhorado significativamente a qualidade de vida dos pacientes;

5.A promoção de ações e eventos de conscientização sobre o DM1, combatendo o estigma e disseminando informações corretas sobre a doença.

A implementação dessa política municipal representa um avanço significativo na atenção às pessoas com DM1 em nosso município, alinhando-se às melhores práticas nacionais e internacionais e contribuindo para a redução das desigualdades no acesso à saúde. Além disso, ao promover a inclusão social e o suporte adequado às famílias, a proposta tem o potencial de reduzir complicações agudas e crônicas da doença, diminuindo internações hospitalares e melhorando indicadores de saúde.

Vale ressaltar que a proposta foi elaborada com base em ampla pesquisa sobre legislações e políticas públicas existentes, bem como em evidências científicas sobre o manejo do DM1. A estrutura intersetorial prevista para a implementação da política, envolvendo as Secretarias de Saúde, Educação, Esportes e Assistência Social, garante uma abordagem integral e coordenada, maximizando o impacto das ações.



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

Diante do exposto, e considerando a relevância social da matéria, solicito a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei por essa Casa Legislativa, reiterando o compromisso desta administração com a saúde e o bem-estar de todos os cidadãos barbarenses.

Plenário “Dr. Tancredo Neves”, em 11 de junho de 2.025.

JÚLIO CÉSAR SANTOS DA SILVA
“Kifú”
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de De Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link:

<https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=96P30400N58126J0> ,

ou vá até o site <https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 96P3-0400-N581-26J0



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº 4874/2025 24/06/2025 16:34 - CHAVE: 96P3-0400-N581-26J0